

**ANEXO IV AO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**ORDEM DE FORNECIMENTO N.º XX/2025**

**COMPRA**

**1. CONTRATANTE**

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MARANHÃO**

Rua Leblon, Quadra C, n.º 10 – Parque Atlântico – São Luís/MA – CEP: 65071-745

CNPJ: 06.352.009/0001-48      Fone: (98) 3013-7900 / 7906 / 7915

**2. CONTRATADO**

Nome do Fornecedor:

Endereço:

CEP:

Tel/Cel:

CNPJ:

Insc. Estadual:

**3. DADOS CONTRATUAIS**

Número do Processo:

Prazo de entrega/execução:

Modalidade: Dispensa eletrônica n.º

Área(s) Demandante:

Empenho: n.º

E-mail:

**4. OBJETO**

4.1. Conforme a tabela abaixo:

Item	Descrição	Quant.	Valor Unt.	Valor Total
01				
02				
03				
04				
05				
Valor Total				

## 5. CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO/SERVIÇO

- 5.1. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: o Termo de Referência que embasou a contratação; o Edital de Licitação, a Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Eletrônica, caso existentes; a Proposta do Contratado e eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 5.2. O prazo de entrega dos itens constantes desta ordem deverá ser cumprido rigorosamente dentro do estabelecido.
- 5.3. Qualquer comunicação sobre entrega do serviço será realizada junto ao Gestor/Fiscal do Contrato.
- 5.4. O pagamento e obrigações são aqueles previstos no Termo de Referência.
- 5.5. A Nota-fiscal deve ser encaminhada ao CFC acompanhada das seguintes certidões; CNDT; CRF (FGTS), CND (INSS), Dívida Ativa da União e Dívida Ativa do Estado.
- 5.6. No preço deverão estar inclusas as despesas com transporte, tributos e demais encargos que incidirem sobre o objeto desta ordem de fornecimento.
- 5.7. Na nota fiscal deverá constar as retenções dos impostos, conforme IN RFB nº 1.234/2012, sendo: IR, CSLL, COFINS, PIS/PASEP e no caso de prestação de serviço haverá também o ISSQN.
- 5.8. Reservamos o direito de recusar e devolver, à custa do fornecedor, qualquer parcela do material recebido em quantidade superior àquela autorizada no pedido, bem como todo o material rejeitado pelo nosso controle de qualidade.
- 5.9. Apresentar declaração de isenção/imunidade tributário, conforme o caso.
- 5.10. Apresentar declaração de opção pelo SIMPLES, de acordo com IN RFB nº 1.234/2012 (se for o caso).
- 5.11. Apresentar medida judicial que comprove suspensão da retenção das contribuições e/ou impostos federais (se for o caso).

**Ana Lígia Coelho Martins**  
**Presidente do CRCMA**  
**Contratante**

**Representante da Empresa**  
**Contratada**